

ATA N.º 04

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, reuniu a Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1, al. a), 2 e 3 do artigo 12.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Tomada de Posse por renúncia de mandato

Ponto Dois: Informação escrita da senhora Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira

Ponto Três: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior, sob proposta do executivo

Ponto Quatro: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia

Ponto Cinco: Discussão e votação da Revisão n.º 1 do Orçamento da receita e da despesa

Ponto Seis: Desagregação das freguesias

O Presidente da Assembleia, Carlos Dias, começou por saudar os presentes dando de imediato início aos trabalhos.

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Luísa Basílio Simões (PSD) substituída por Ana Paula Santos Ferreira e João Paulo Barata (PSD) substituído por Fábio Carlos Tomás Rodrigues.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra, inscrevendo-se um munícipe. Jorge Fernandes dirigiu-se à Assembleia para questionar em que ponto se encontra a obra de pavimentação nos Cômoros e para mostrar o seu descontentamento com a limpeza de alguns espaços. A Presidente, Helena Correia, esclareceu que a Câmara Municipal da Lousã publicitou um conjunto de intervenções na sua página web, mas que ainda não estão concluídos os trabalhos, referindo que o processo do arruamento em questão está com a Câmara Municipal, sendo uma situação que ultrapassa a Junta de Freguesia, mas que acredita que o assunto terá a devida conclusão. No que concerne às limpezas, a Presidente confirmou que vários sítios estão efetivamente a precisar.

No ponto antes da ordem de trabalhos, o membro Fábio Rodrigues (PSD) iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. De seguida, questionou se já existia

J. P. Magro

concurso para a obra do muro de Ceira dos Vales e qual o valor de adjudicação do muro de contenção de terras na Rua dos Vales. Paulo Magro (PSD) interveio para cumprimentar os presentes e acautelou que na ata do executivo há um pagamento de taxa de processo e questionou qual, em que qualidade a Junta intervém e se há sentença do processo. Na sua intervenção, acrescentou que está a elaborar um estudo dos trabalhos da APIN afirmando que há alguns saneamentos e águas pluviais previstos em Ceira dos Vales, por informação da Câmara Municipal da Lousã. Acrescentou que nos requerimentos enviados ao Presidente da Mesa, as respostas têm por base a informação prestada pela Presidente da Junta de Freguesia, mas que desta vez foi feita de forma diferente, tendo sido a resposta enviada diretamente do *email* da Presidente. De seguida, citou o artigo que refere os pedidos de esclarecimento e requerimentos, assegurando que a resposta foi dada, mas que o Presidente da Mesa é que o deveria ter feito e não deveria ter sido com conhecimento para todos os elementos da Assembleia. Afirmou que será reiterado o requerimento considerando que a resposta não foi esclarecedora. Paulo Magro finalizou a intervenção solicitando informação sobre a venda do imóvel da Tojeira.

Ana Paula Ferreira (PSD) pediu para intervir para cumprimentar os presentes e pedir esclarecimento sobre a situação de encaminhamento de águas na Fonte Godinha; questionou qual o tratamento da APIN face às questões enviadas pela Junta de Freguesia no âmbito de abastecimentos e reparação de ruturas e solicitou informação sobre a reunião com a Aflopínhal.

David Silva (PSD) interveio, cumprimentando os presentes e solicitando esclarecimentos sobre a obra dos passeios da Póvoa. Informou que na Rua Comendador Montenegro não se vê a sinalização, porque está tapada com a vegetação e que na Rua Vinte Cinco de Abril o escoamento não é feito e está a entrar água para as habitações. Deu continuidade à intervenção esclarecendo que foi feito um requerimento a solicitar uma paragem na Rua Conselheiro Vicente Ferrer e que até à data nada foi feito, questionando se a Junta de Freguesia vai avançar com a execução da obra. Congratulou a Junta de Freguesia pela excelente iniciativa dos Jogos da Freguesia, mas que pecou pelo dia em que foi realizado, propondo a realização ao fim de semana. David Silva (PSD) dirigiu-se ao Presidente da Mesa para questionar porque é que ainda não foram convocados os trabalhos de alteração de regimento.

§ AM
MT

Ângela Miguel (PSD) usou da palavra para solicitar esclarecimento sobre o procedimento para o quadro do pessoal e sobre a marcação das vias do troço da Lousã/Vila Nova de Poiares por parte das Infraestruturas de Portugal.

Tiago Catela (PS) interveio para informar que o *email* da resposta ao requerimento foi rececionado por todos e, nesse sentido, gostaria de ter mais informações. Aproveitou a intervenção para felicitar a Junta de Freguesia pelos Jogos da Freguesia e pelas intervenções no Jardim de Infância do Regueiro.

Maria Francisco (PS) usou da palavra para reforçar a informação sobre um problema antigo na Rua Conselheiro Vicente Ferrer, esclarecendo que antes da intervenção o estacionamento estava ordenado e que agora se verifica um caos absoluto e questionou se a Câmara Municipal da Lousã já tem uma proposta de solução do problema.

Rute Carvalho (PS) intercedeu para agradecer e enaltecer o boletim informativo desenvolvido pela Junta de Freguesia no esclarecimento de todos os fregueses.

Carlos Costa (PS) pediu para intervir para colocar questões relativamente ao plano de atividades, nomeadamente sobre as obras propostas para Cova do Lobo.

O Presidente da Mesa, Carlos Dias, pediu a intervenção da Presidente Helena Correia para o esclarecimento das questões antes do ponto da ordem do dia. Helena Correia iniciou a sua intervenção agradecendo a participação de todos os intervenientes e passando de seguida para os esclarecimentos. Começou por explicar que o muro de Ceira dos Vales é um sonho antigo e uma obra que a Junta de Freguesia ambiciona mesmo executar, já se encontrando prevista no contrato inter-administrativo e existindo consulta prévia no valor de cerca de cinquenta mil euros, que agora se revela manifestamente insuficiente. A Junta de Freguesia conseguiu o contacto do proprietário do terreno confinante, que concorda com a execução da obra, mas exige reunião presencial prévia pelo que estão a aguardar o contacto para iniciar a obra. Relativamente ao muro da Rua dos Vales, Helena Correia esclareceu que foi feito o alargamento em mandato anterior e a obra foi completada agora com meios próprios da Junta de Freguesia. Relativamente à questão da Taxa de Justiça, Helena Correia mostrou-se muito satisfeita com a leitura das atas do executivo por parte dos membros da Assembleia de Freguesia e clarificou que a taxa foi paga, porque a Junta de Freguesia representa os compartes de Vale de Neira contra um residente que utilizou terreno baldio. A sentença foi favorável aos baldios e a taxa foi para pagamento da execução. A

Presidente da Junta de Freguesia deu continuidade à sua intervenção explicando que existe uma relação estreita de trabalho com a APIN e com a Câmara Municipal da Lousã, destacando que o trabalho em rede é extremamente importante para a defesa dos interesses dos munícipes. Informou que é fácil falar com a APIN e que já foram feitas reuniões para definir os procedimentos de comunicação e que a maior parte dos trabalhos que estão em atraso são referentes à reposição de pavimento. Quanto ao Requerimento enviado pela coligação Hora de Mudar, Helena Correia explicou que teve menos formalismo na resposta, porque o Presidente da Mesa ao verificar que estava dirigido à Presidente e se encontrava ausente incumbiu-a de responder de forma a agilizar o processo e foi dirigido a todos os Membros da Assembleia, porque a resposta poderia servir de esclarecimento de dúvidas a todos. No que concerne à Tojeira, esclareceu que os artigos são da Junta de Freguesia e que o valor foi definido pela despesa já havida, os procedimentos de venda foram definidos pelo executivo e exarados em edital. Ainda não foi celebrada escritura, porque o procedimento não se encontra concluído. No âmbito das limpezas, Helena Correia explicou que é um problema transversal a todas as juntas de freguesia e que desta forma estão a tentar trabalhar em conjunto para encontrar soluções e que, por isso, consultaram a Aflopinhal e também os Baldios de Vilarinho, mas estas entidades não conseguiram dar resposta. A pavimentação dos passeios da Póvoa é uma obra já pensada nos mandatos anteriores, mas quando a Junta decidiu pela sua execução verificou que não tinha capacidade técnica para realizar uma obra dessa envergadura, já que se trata de uma via de entrada na vila e que apresenta vários problemas de escoamento de águas e de urbanismo. Foi assim pedido um estudo técnico e orçamentação à Câmara Municipal da Lousã. Na Rua D. Manuel I, está previsto no acordo a pavimentação com pavê de um troço a definir em conjunto com o urbanismo da Câmara Municipal. Trata-se de encontrar uma boa solução em termos de obra, mas também estéticos. Helena Correia continuou a sua intervenção explicando que na Rua 25 de Abril foram feitas intervenções pontuais com pequenos muros para evitar a situação descrita e relativamente à paragem da Rua Conselheiro Vicente Ferrer o assunto foi encaminhado para a Câmara Municipal da Lousã, já que se verificou que não existe espaço físico nem para a paragem nem para o autocarro, havendo a eventual necessidade de pensar outro sítio possível. Agradeceu as palavras de felicitação do David Silva (PSD) e do Tiago Catela (PS) pelos Jogos da

AP
my

Freguesia explicando que este ano jogaram mil e duzentas crianças do Agrupamento de Escolas da Lousã e que toda a comunidade escolar esteve envolvida, bem como a Status, a Activar, a Santa Casa da Misericórdia da Lousã, a ARCIL, as Associações de Pais e a Associação de Estudantes da Escola Secundária. Relativamente ao quadro de pessoal, Helena Correia explicou que os avisos estão a ser preparados, já foram pedidos os acessos à Imprensa Nacional Casa da Moeda e brevemente serão publicados na BEP – Bolsa de Emprego Público. As Infraestruturas de Portugal responderam à solicitação da Junta de Freguesia informando que não está prevista a marcação da via. Ainda acerca da questão da Rua Conselheiro Vicente Ferrer, lembra que foram os moradores que optaram pela situação atual com os dois sentidos de trânsito.

Ainda no ponto antes da ordem do dia, Paulo Magro (PSD) interveio para informar que relativamente à venda dos imóveis ficou sem resposta e que não os consegue encontrar no inventário facultado pela Junta de Freguesia.

David Silva (PSD) intervém para solicitar resposta por parte do Presidente da Mesa, Carlos Dias.


Carlos Dias, Presidente da Mesa, intervém para explicar que o grupo de trabalho do Regimento ficou a aguardar a vinda da Luísa Basílio (PSD) para que juridicamente pudesse abordar o regimento, o que não se verificou, mas que será proporcionada a reunião mediante a disponibilidade de todos.

Helena Correia intervém para explicar que a venda dos imóveis estava prevista no documento das Grandes Opções do Plano.

Carlos Dias usou da palavra para colocar à votação as atas número dois e número três. Paulo Magro sugere alteração de texto na ata número dois, aprovada pela mesa. A ata número dois foi aprovada por unanimidade com as alterações e a ata número três aprovada por unanimidade.

Entrando no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa explicou que este ponto não ia ser executado, porque o elemento eleito pelo Bloco de Esquerda, que deveria substituir Augusto Simões (BE) face à sua renúncia de mandato, não conseguiu comparecer para a tomada de posse, tendo justificado a falta e manifestado vontade de assumir o mandato.

No **Ponto Dois** da ordem de trabalhos, a Presidente, Helena Correia, referiu que o documento suporte com a informação das atividades desenvolvidas pela Junta de



Freguesia está bastante extenso e explicativo pelo que se coloca à disposição para responder às questões que os presentes considerarem pertinentes.

Neste ponto, interveio Paulo Magro (PSD) para solicitar esclarecimento sobre os ajustes que foram feitos. Ainda neste ponto usou da palavra para explicar que a Freguesia é composta pelo executivo e pela assembleia e que teria sido de bom tom o executivo ter informado a assembleia para participação na formação online que existiu. Continuou a sua intervenção referindo que não tem memória de ter sido aprovado em assembleia o protocolo com a Associação dos Cinco Lugares acerca da Escola do Prilhão que pela lei é competência da assembleia e solicitou via *email* à Presidente da Junta, Helena Correia, o referido protocolo. Refere passagens da apresentação da Presidente no Congresso da ANAFRE sobre as competências, referindo que nota incongruências.

Filipe Amado (PS) usou da palavra para felicitar os trabalhadores da Junta de Freguesia que cobrem cerca de setenta quilómetros de área e fazem-no em condições de chuva, frio e calor de forma exemplar. Concluiu asseverando que é um trabalho ingrato, porque um dia está limpo e passados quinze dias ou menos já está novamente caótico e que desta forma terá que haver compreensão face à dimensão do território.

A Presidente, Helena Correia, explicou que a formação em questão foi promovida pela Associação Nacional de Municípios sobre contratação pública, tendo sido aberta à possibilidade de participação de executivos das juntas de freguesia, contudo, registou o pedido e comprometeu-se a divulgar ações futuras.

Explicou que o protocolo de cedência da escola do Prilhão foi assinado entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Vilarinho e, por esta razão, a Junta de Freguesia não se opôs a que a Câmara Municipal da Lousã assinasse novo contrato de cedência para que a ADSCCL conseguisse candidatar o referido exercício a obras de recuperação. Quanto à intervenção na ANAFRE, Helena Correia afirmou que não existe nada de contraditório, apenas existe aquilo que todos os executivos gostariam de receber e os valores que a Câmara Municipal pode disponibilizar, já que as Juntas de Freguesia não gostariam de estar dependentes das decisões e boa vontade das Câmaras Municipais.

Finalizou a intervenção neste ponto agradecendo as palavras de Filipe Amado (PS).

No **Ponto Três**, foram apresentados os documentos de prestação de contas do ano anterior. Neste ponto, Helena Correia realçou que os documentos foram colocados à

♀
AP
27

disposição de todos os membros e que são documentos que são analisados pelo Tribunal de Contas.

Paulo Magro (PSD) interveio para afirmar que se as contas são apresentadas ao Tribunal de Contas, não seriam os elementos da coligação Hora de Mudar a contestar.

Colocados os documentos a votação, foram aprovados com cinco abstenções (PSD).

No **Ponto Quatro**, o Presidente da Mesa, Carlos Dias, colocou à apreciação o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da autarquia. Este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com cinco votos contra (PSD) e sete votos a favor (PS).


Paulo Magro procedeu a declaração de voto oral explicando que a Coligação Hora de Mudar votou contra por não estar refletido no inventário os quatro imóveis que foram vendidos.

No **Ponto Cinco**, o Presidente, Carlos Dias, colocou à discussão e votação a Revisão n.º 1 do Orçamento da Receita e Despesa.

Este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade.

No **Ponto Seis**, o Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Junta, Helena Correia, que explicou que é compromisso deste executivo que o processo de desagregação seja cumprido e que é de conhecimento de todos que em tempo foi criado um movimento popular na antiga Freguesia de Vilarinho que apelou à correção deste erro. O executivo sempre teve como principal interesse que as pessoas de Lousã e Vilarinho não fossem afetadas por este erro de agregação e manteve em funcionamento a delegação de Vilarinho. No entanto, explanou Helena Correia, este não é o modelo que melhor serve a população, os censos dois mil e vinte e um mostram que a Freguesia tem setenta e seis por cento da população do concelho e mais de metade do seu território e que, até só considerando a dispersão do território, é preciso iniciar este processo. Assim, é necessário ir para o terreno para perceber como é que o processo vai avançar, se ausculte a população e esta é a razão da proposta de grupo de trabalho agora apresentada. Pelo exposto, solicitou a aprovação da criação do grupo de trabalho conforme proposta.

Paulo Magro (PSD) começou por explicar que a proposta é bem clara e que a posição da coligação Hora de Mudar é favorável quanto à desagregação, mas que se verificarmos a percentagem de satisfação das freguesias depois da desagregação ronda os setenta e nove a oitenta e dois por cento, o que demonstra que no geral não correu assim tão



mal, mas claro que não é o caso da Lousã. Paulo Magro continua a sua intervenção assegurando que não está em causa as duas pessoas propostas para o grupo de trabalho, mas considerou que a proposta deveria ter sido feita de forma mais formal e não com nomes pré definidos, sem consulta dos líderes de bancada, e assevera que qualquer grupo da assembleia com um quinto dos membros podia ter criado o grupo e, se fosse ele próprio a fazê-lo, indicaria as pessoas agora nomeadas. Finaliza assegurando que a proposta é válida, mas que deveria ter sido feita na assembleia.

David Silva (PSD) interveio para afirmar que a Lei 2013 culminou na agregação que em vários concelhos serviu bem, mas que não é o caso da Lousã e, desta forma, o processo deve ser feito tendo em conta todas as necessidades.

Filipe Amado (PS) usou da palavra para expressar alguma incompreensão face à intervenção de Paulo Magro (PSD) que concorda com as pessoas escolhidas, mas ao mesmo tempo, tem dúvidas pelas pessoas escolhidas e acrescentou que há a possibilidade de cada partido escolher um elemento e, por isso, não viu como razoável a explicação de Paulo Magro.

Ainda neste ponto, Carlos Dias usou da palavra para mostrar a sua total concordância com Filipe, asseverando que também não percebeu a intervenção de Paulo Magro, informando que a criticar a proposta deveria ter sido pela substância ou pelos fins a atingir.

Helena Correia interveio para explicar que a Lei serve para muitas freguesias e que nenhuma é obrigada a propor o processo de desagregação, a proposta apresentada é uma opção do executivo para que exista um grupo externo, sem elementos do executivo e, se assim for entendido pelos partidos com representação na assembleia, sem elementos da assembleia. Informou que é um grupo de trabalho de terreno e que as pessoas apresentadas não têm qualquer interesse político, mas estão desde sempre com o projeto, conhecem o território e as pessoas e que desta forma a proposta cumpre com as regras de início do processo.

David Silva (PSD) explicou que as palavras de Paulo Magro serviram para explicar que não querem amanhã ser julgados por uma votação ou por considerarem que não querem a desagregação.

Paulo Magro (PSD) explicou que a forma como foi feita a proposta é que não está correta, a substância está, mas a forma não, e que, contudo, a intenção de voto é favorável.

A proposta foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

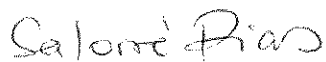
O Presidente da Assembleia propôs a aprovação da ata em minuta no que diz respeito às deliberações e à atribuição de um voto de confiança à Mesa para redigir e aprovar a ata em minuta com a redação que for mais conveniente. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e quarenta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias



Ana Salomé Brás Francisco Ferreira Dias



Ângela Sofia Gonçalves Miguel

